

AJURICABA – O USO DE QUADRINHOS NAS AULAS DE HISTÓRIA SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

AJURICABA – THE USE OF COMICS IN HISTORY CLASSES FROM A DECOLONIAL PERSPECTIVE

Ivan Carlo Andrade de Oliveira¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5471-1807>

Enviado em: 03/02/2026

Aceito em: 18/14/2026

Publicado em: 22/07/2026

Resumo: Este artigo analisa o potencial pedagógico da história em quadrinhos HQ *Ajuricaba* (2020) como ferramenta para o ensino de História sob uma perspectiva decolonial. Inicialmente, discute-se o uso das HQs no ambiente escolar, destacando a transição de um material outrora marginalizado para um recurso didático reconhecido pela legislação educacional brasileira atual. Em seguida, aborda-se a construção histórica da Amazônia como "colônia do Brasil", examinando como os discursos de "vazio demográfico" e "incivilidade" sustentam a colonialidade do saber e do ser na região. Por meio de uma análise da HQ de Ademar Vieira e Jucylane Júnior, o trabalho demonstra como o protagonismo de autores amazônidas contribui para o conceito de amazonidade e para o resgate do orgulho das origens indígenas. Conclui-se que o uso de HQs autóctones na sala de aula permite desconstruir visões coloniais e dar visibilidade à história dos subjugados, promovendo o desenvolvimento de uma consciência crítica regional.

Palavras-chave: Histórias em Quadrinhos. Educação. Amazônia. Decolonialidade. *Ajuricaba*.

Abstract: This article analyzes the pedagogical potential of the comic book *Ajuricaba* (2020) as a tool for teaching History from a decolonial perspective. Initially, it discusses the use of comics in the school environment, highlighting the transition of a once-marginalized material into a teaching resource recognized by current Brazilian educational legislation. Subsequently,

¹ Doutorado em Arte e Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás, Brasil (2017). Professor adjunto, da Universidade Federal do Amapá. Desde 1989 produz roteiros para quadrinhos com o pseudônimo de Gian Danton. É autor de diversos livros nas áreas de comunicação e roteiro para quadrinhos. Atua principalmente nos seguintes temas: quadrinhos, literatura de fantasia e ficção científica, cultura pop, jornalismo e artes visuais. Membro da Academia Amapaense de Letras.

it addresses the historical construction of the Amazon as a "colony of Brazil," examining how discourses of "demographic void" and "incivility" sustain the coloniality of knowledge and being in the region. Through an analysis of the comic by Ademar Vieira and Jucylande Júnior, the work demonstrates how the protagonism of Amazonian authors contributes to the concept of *amazonidade* and to the reclamation of pride in Indigenous origins. It concludes that the use of indigenous/autochthonous comics in the classroom allows for the deconstruction of colonial views and gives visibility to the history of the subjugated, promoting the development of a regional critical consciousness.

Keywords: Comics. Education. Amazon. Decoloniality. Ajuricaba.

Introdução

Durante décadas as histórias em quadrinhos foram vistas como nocivas à educação. Gibis eram queimados em escolas e professores pregavam contra a leitura dos mesmos. Entretanto, nos últimos anos as HQs têm sido vistas por muitos professores como um rico material bibliográfico. A facilidade de leitura, a acessibilidade do material e a atratividade dos desenhos e roteiros são elementos que contribuem para que docentes tenham cada vez mais utilizado esse recurso em sala de aula.

As histórias em quadrinhos, no entanto, não podem ser tratadas apenas como um descanso entre assuntos mais sérios. Também não devem ser vistas apenas como um recurso para as séries iniciais. Elas podem ser usadas para refletir sobre temas importantes, inclusive quando se trata da história do Brasil.

Ajuricaba, história em quadrinhos produzida pelos amazonenses Ademar Vieira (roteiro) e Jucylande Júnior (desenhos) é um exemplo dessas possibilidades. Ela retrata a vida e a luta do líder indígena Ajuricaba, que liderou uma revolta contra o domínio português na região. Sua importância é tão grande que a tribo manao, da qual ele fazia parte, batizou a cidade de Manaus.

O objetivo deste artigo é analisar a possibilidade do uso de Ajuricaba nas aulas de história não só como um registro de um fato histórico, mas como uma possibilidade de discussão sobre a questão colonial na época dos fatos e nos dias atuais. Para isso serão usados como referência Rama e Vergueiro (2004), Vilela (2004), Santos e Neves

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Macapá, v. 12, n. 1, 2026.

(2014), Penalva e Carvalho Penalva (2020), Castro (2014), Silva e Mascarenhas (2018), Castro (2018 e Alcântara, Serra e Miranda (2017).

1. Uso de quadrinhos nas aulas de história

No Brasil, segundo Waldomiro Vergueiro e Angela Rama (2004), o uso de quadrinhos nos livros didáticos começou de forma tímida, pois as editoras temiam que sua inclusão pudesse provocar resistência por parte das escolas.

No entanto, constatando os resultados favoráveis de sua utilização, alguns autores de livros didáticos – muitas das vezes, inclusive, por solicitação das próprias editoras – começaram a incluir quadrinhos com mais frequência em suas obras, aumentando sua penetração no ambiente escolar. (Vergueiro; Rama, 2004, p. 20)

Mais recentemente, em muitos países, os próprios órgãos oficiais de educação passaram a reconhecer a importância de se inserir as histórias em quadrinhos no currículo escolar, desenvolvendo orientações específicas para isso. É o que aconteceu no Brasil onde o emprego das histórias em quadrinhos já é reconhecido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e pelos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Vergueiro e Rama (2004) apontam os seguintes motivos pelas quais as histórias em quadrinhos auxiliam no ensino: os estudantes gostam de ler quadrinhos; palavras e imagens juntas ensinam de forma mais eficiente; existe um alto nível de informação nos quadrinhos; as possibilidades de informação são enriquecidas pela familiaridade com as histórias em quadrinhos; os quadrinhos auxiliam no desenvolvimento do hábito de leitura; os quadrinhos enriquecem o vocabulário dos estudantes; o caráter elíptico da linguagem quadrinística obriga o leitor a pensar e imaginar; os quadrinhos têm um caráter globalizador.

Além disso, os quadrinhos têm baixo custo e são acessíveis.

O pesquisador, no entanto, alerta que “A utilização da leitura dos gibis como um momento de relaxamento para os alunos, uma espécie de descanso no uso de materiais

mais nobres, pode atingir resultados exatamente opostos aos pretendidos” (Vergueiro; Rama, 2004, p. 26)

Focando no uso de histórias em quadrinhos nas aulas de história, Túlio Vilela (2004) argumenta que esse uso ainda é raro e tímido.

Lima (2017, p. 154), defendendo o uso dos quadrinhos nas aulas de história, argumenta que o universo das HQs não apenas ilustram a realidade, mas a

(...) constroem a partir de uma linguagem própria – como arte sequencial, por definição de Will Eisner (1999) – produzida num determinado contexto histórico. Assumem papel importante na construção do conhecimento histórico, o qual está associado ao saber acadêmico ou científico e aos meios de comunicação de massa, como o cinema e os próprios quadrinhos.

Vilela (2004, p. 106) alerta que muitos professores de História fazem um uso equivocado dos quadrinhos: “Assim como o cinema e a literatura ficcional, os quadrinhos são muitas vezes vistos pelo professor de História apenas como suporte de um conteúdo. Eles podem ser muito mais do que isso”.

Entre os vários usos dos quadrinhos nas aulas de História, está a possibilidade de trabalhar o tempo e suas dimensões: sucessão, duração e simultaneidade. Segundo Vilela (2004 p. 107) os ‘recordatórios’ presentes na maioria das histórias em quadrinhos podem ser utilizados para ilustrar esses conceitos: “um recordatório onde se lê ‘Mais tarde...’ ou ‘Logo depois...’ pode ser um exemplo de sucessão e, de outro lado, aquele em que se lê ‘Enquanto isso...’ pode facilitar ao aluno a percepção da ideia de simultaneidade”.

Além disso, os quadrinhos também podem ser usados para uma reflexão sobre os diferentes tempos, como o tempo da natureza, o tempo do relógio, o tempo da fábrica. Da mesma forma, a subjetividade presente nesses relatos pode ser usada para uma reflexão sobre as diferentes versões da História.

Vilela (2004), propõe os seguintes usos de histórias em quadrinhos nas aulas de História:

- a) Para ilustrar ou fornecer uma ideia de aspectos da vida social de comunidades do passado.
- b) Para serem lidos e estudados como registros da época em que foram produzidos.
- c) Para serem usados como ponto de partida de discussões de conceitos importantes para a História.

Um exemplo citado por Vilela (2004) seriam as histórias de Asterix, de René Goscinny (roteiro) e Albert Uderzo (desenhos). Elas podem ser utilizadas para ilustrar a época em que são ambientadas, pois trazem elementos da Roma Antiga, incluindo a arquitetura das cidades romanas e gregas; os uniformes dos militares romanos e as armas utilizadas pelos gladiadores, entre outros elementos. As HQs também podem ser lidas como registro da época em que foram criadas, no caso, a França da década de 1960 – um reflexo disso é o quarteto de bardos que arranca gritos das jovens bretãs, uma referência aos Beatles. As histórias de Asterix também poderiam ser utilizadas discutir temas como o eixo dominação-resistência e o direito de autonomia dos povos.

Vilela (2004) aconselha seguir os seguintes passos na análise de um quadrinho na aula de história:

- a) Quem são os autores?
- b) Quando e onde foi produzida a HQ?
- c) Por quem fala? Ainda que inconscientemente, toda história em quadrinhos reflete valores, visões de mundo, ideologias.
- d) A quem se destina? É muito esclarecedor, por exemplo, que quadrinhos de super-heróis são destinados ao público jovem predominantemente masculino.
- e) Qual a finalidade? Além do mero entretenimento, uma história em quadrinhos pode ter caráter informativo, institucional, educativo, didático e até de propaganda.

2. Amazônia, colônia do Brasil

Uma vez estabelecida a importância do uso das histórias em quadrinhos na educação, antes de analisar a obra, cumpre entender o processo colonial que viveu e vive a Amazônia.

O discurso sobre a Amazônia sobre foi um discurso do colonizador. Segundo Penalva e Carvalho Penalva (2020, p. 2),

Desde os primeiros contatos dos europeus (portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses e franceses) com a Amazônia, a partir do século XVI, vemos a construção de discursos sobre a identidade cultural da “nova” terra, a partir de parâmetros homogêneos do colonizador.

Os povos amazônicos, nesses discursos coloniais, eram mostrados como rudes, incivilizados, ou eram simplesmente ignorados nos relatos sobre a região, pois a Amazônia era vista ora como natureza exuberante e dominadora, “que sempre se destacava com relação aos próprios seres humanos, ora como inferno verde, espaço de perigos ameaçadores e iminentes, pouco importando quem seriam aqueles que ali habitavam”. (Penalva e Carvalho Penalva, 2020, p.2).

Os relatos sobre a Amazônia são dominados por “descobridores”, viajantes científicos. “(...) a Amazônia foi ocupada, sobretudo pela imaginação, pois o território fora ocupado fisicamente apenas pelas margens dos rios, igarapés e seus afluentes” (Penalva e Carvalho Penalva, 2020, p. 5). A selva sempre foi um obstáculo, que impediu uma penetração maior, assim como o conhecimento mais amplo do ambiente, o que determinou o discurso europeu sobre a região.

A região do Grão Pará aderiu à independência do Brasil no dia 15 de agosto de 1823, mas esse processo foi marcado pela tragédia do Brigue Palhaço, em que 256 paraenses que lutavam por direitos iguais aos dos portugueses foram confinados no porão do navio São José Diligente, o Brigue Palhaço, e morreram asfixiados com cal ou fuzilados. O episódio mostrou que o Amazônia deixou de pertencer ao Império

Português com sede em Lisboa para pertencer ao Império brasileiro, com sede no Rio de Janeiro.

Como afirmam Santos e Neves (2014, p. 5),

Há quem possa ter a ideia de que este processo de dominação na Amazônia tenha encerrado quando a antiga Província do Grão-Pará foi obrigada a “aderir” à independência do Brasil em 1835. Porém, como D. Mignolo nos diz, este é um processo que ainda existe, de forma atualizada. Analisando alguns acontecimentos recentes na Amazônia, vemos que a colonialidade do poder está nos interesses de capitais nacionais e estrangeiros que se entrelaçam a interesses governamentais e de uma elite local que abrem caminho para o prosseguimento da exploração de recursos naturais. Este processo, por mais perverso que seja, encontra acolhida nos discursos da mídia, das escolas, das igrejas e até mesmo nas posições defendidas por moradores da região que são afetados pela exploração predatória da região.

Silva (2018) explica que cada momento histórico “vendeu” uma imagem da Amazônia a partir de determinados interesses. Assim, por exemplo, quando da conquista amazônica, era do interesse colonizador descrevê-la como exótica, depreciando seus habitantes, para justificar a colonização e a “civilização” dos índios. Entrando no século XX, o discurso era de “vazio demográfico” e de “isolamento amazônico” para justificar grandes projetos que iriam desenvolver a região: “Para obter tal ‘desenvolvimento’, tenta-se agora vender a imagem de um homem amazônico estereotipado, “meio indígena” habitante da floresta e que possui ares de criança pura.” (Silva, 2018, p 208).

Castro (2018, p. 171) argumenta que, hoje, a Amazônia é uma colônia do Brasil: “A observação do conjunto de ações fomentadas pelo estado nacional na região, sua especialização enquanto fornecedora de matérias primas e de energia é suficiente para levantar esse tipo de questionamento”.

Exemplo disso foi o apagão de 2020, em que o Amapá, apesar de continuar produzindo energia para outras regiões do Brasil, ficou praticamente no escuro. Situações como essa demonstram a colonialidade do poder, uma vez que a região

continuou produzindo energia para o Centro-Sul enquanto sofria com a precariedade energética local.

De acordo com Violeta Loureiro (2024, p. 344):

O colonialismo interno é forte e invasivo porque se processa impregnado pelas fascinantes ideologias do progresso e desenvolvimento, e como se fosse racional, científico e moderno. Nutrido pela ideologia do progresso e municiado pela força do poder, da cooptação e da manipulação política, o neocolonialismo invade, em profundidade, as esferas cultural, econômica, política, social, ambiental, humana e natural.

Mas engana-se quem pense que a dominação colonial amazônica se restringe apenas a aspectos econômicos e políticos.

Alcântara, Serra e Miranda (2017) resumem dessa forma a diferença entre as várias facetas do colonialismo: a *colonialidade do poder* corresponde a inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação; já a *colonialidade do saber* serve para analisar como o conjunto das epistemologias e da produção de conhecimento na tradição europeia reproduzem os regimes de pensamento colonial e se reproduzem no pensamento da colônia; por sua vez, *colonialidade do ser* se refere, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem e na construção da subjetividade.

A colonialidade do ser se reflete no apagamento da cultura e da história amazônica, que passa a ser desvalorizada na relação com outras culturas:

Não existe uma história, ensinada na escola ou por outras instituições, que conte os fatos passados da Amazônia. Essa é negada e perdida, geração após geração. As elites se veem como brancas e integradas em hábitos e costumes a um mundo referenciado às metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo. (Castro, 2018, p. 183)

Os relatos sobre a Amazônia na cultura pop são relatos externos, muitas vezes deturpados, estereotipados, mostrando a região como atrasada na comparação com regiões o que seriam mais desenvolvidas, a exemplo do desenho animado O vale dos dinossauros. Há casos extremos, como o desenho dos Superamigos, em que os habitantes da Amazônia são vistos usando sombreros mexicanos, mas mesmo relatos

mais respeitosos, como a história em quadrinhos Mister No revelam o olhar do outro a região. Sérgio Bonelli, o roteirista de Mister No, viajou para a Amazônia no processo de pesquisa para seu personagem, mas mesmo assim incorre em erros, como uma viagem de navio em que os passageiros vão sentados no convés ao invés de deitados em redes.

Assim, o giro decolonial só será possível quando a narrativa sobre a região mude: “é imprescindível ver as colonizações brasileira e amazônica sob novas lentes, as quais precisam dar visibilidade à história dos subjugados, não dos vencedores portugueses e espanhóis”. (Silva, 2018, p. 216)

Mas de pouco adianta se essas narrativas continuarem sendo feitas por pessoas alienígenas à região. Por mais bem intencionadas que continuarão revelando um olhar colonial. Urge que os próprios amazônidas assumam a narrativa, daí a importância de histórias em quadrinhos como Ajuricaba.

3. A obra

Deste cômputo se pode inferir quão inumeráveis eram os índios, quão numerosas as suas povoações, e quão juntas as suas aldeias de que agora apenas se acham relíquias. E se os curiosos leitores perguntam como se matavam tão livremente, e com tal excesso os índios? Podem ver a resposta nos autores que falam nesta matéria. Eu só direi que havia tanta facilidade no brancos em matar índios, como em matar mosquitos...

Essa citação do Padre João Daniel, da obra O tesouro descoberto da Amazônia, abre o álbum em quadrinhos Ajuricaba. A obra, de 136 páginas, foi lançada em 2020 pelo estúdio Black Eye com apoio cultural da Prefeitura de Manaus. A obra conta a história do líder indígena manao, que se colocou contra a dominação portuguesa na Amazônia no século XVII. O nome como ele ficou conhecido, Ajuricaba, significa enxame de cabas (a forma como as vespas são conhecidas na região norte) na língua geral, nheengatu. Seu nome verdadeiro se perdeu para sempre, assim como a língua manao.

Ajuricaba foi escrita pelo roteirista, ilustrador e jornalista amazonense Ademar Vieira. Fundador do estúdio Black Eye em 2018, ele lançou os títulos Sete cores da Amazônia e A maldição do governador. Atualmente trabalha no estúdio Petit Fabrik, onde assina o roteiro da série Lupita pelo mundo, ganhadora do prêmio de Melhor série animada no festival de gramado de 2020.

Os desenhos ficaram a cargo do quadrinista amazonense Jucyland Jr. Ele iniciou sua carreira na revista Hyper Comix, da editora Magnum em 1997. Entre os seus trabalhos estão artes para as revistas defensores de Tóquio (editora Trama) e Power Comics. Para o mercado internacional ilustrou cards colecionáveis para as editoras Marvel e DC.

A arte-final da história é do amazonense Tieê Santos. Ele foi um dos fundadores do estúdio Black Eye, pelo qual lançou o livro Sete cores da Amazônia.

Em um posfácio ao álbum, o roteirista Ademar Vieira explica que sua intenção com a Graphic novel era “utilizar ao máximo os registros históricos para criar ficção nas lacunas deixadas pela História” (Vieira, 2020, p. 132). Para isso, além da pesquisa bibliográfica, ele entrevistou historiadores da Universidade Federal do Amazonas, além do escritor Márcio Souza, autor de várias obras abordando a história do Amazonas.

A história, contada de forma não linear, começa com a morte de Ajuricaba, os pés e mãos aprisionados por grilhões enquanto afunda nas águas do rio.

Figura 1: A escravidão indígena é mostrada como parte do processo de colonização da Amazônia.



Fonte: Vieira; Jucylande Júnior, 2020.

A narrativa pula para uma tribo indígena, onde está sendo realizado um ritual. Um grupo de canoas tripuladas por portugueses e mestiços se aproxima. “Amigos tikunas! Viemos em paz! Os portugueses têm produtos para trocar”, diz um dos mestiços. “Voltem outro dia. Hoje é dia sagrado para nós”. A resposta dos portugueses vem através da pólvora. As duas crianças que são o centro do ritual são as primeiras a serem mortas, depois os guerreiros. Na página seguinte vemos as canoas voltando repletas de indígenas amarrados a galhos de madeira. O desenho capta o olhar assustado dos mesmos, incluindo um close de uma menina pré-adolescente e uma mãe em prantos enquanto o filho, ainda criança, se agarra a ela.

Figura 2: A HQv reflete sobre como o processo de colonização da Amazônia levou ao genocídio indígena.



Fonte: Vieira; Jucylande Júnior, 2020.

É esse fato que irá desencadear em Ajuricaba o sentimento de revolta com os portugueses, uma vez que essa tribo era aliada dos manaos. A imagem em que ele encontra uma árvore com vários indígenas enforcados é impactante.

Nessa sequência os indígenas se referem aos brancos como *Palyhatys*. É uma palavra na língua manao que significa homem branco. No posfácio, Ademar Vieira explica que, embora a língua mano tenha sido extinta, sobrou um único registro

preservado: um apanhado de 140 palavras aleatórias coletadas por um expedicionário francês e registradas no livro *Glossaria Linguarum Brasiliesium*, de Carl Friedr Phil Von Martius e publicada em 1983.

O roteirista explica que usar essas palavras na história “foi a forma que eu encontrei para homenagear uma das línguas maternas da cidade de Manaus, também uma entre muitas extintas por meio do genocídio das nações indígenas no período da colonização” (Vieira, 2020, p. 132).

Além de *Palyhatys*, são usadas as expressões *apakony*, que significa pai, *ytscha*, que significa barco e principalmente *Huena*, que significa vamos – expressão usada como grito de guerra em diversos momentos: “Uena, manaos!”.

O resgate dessas palavras configura-se uma reocupação do território simbólico e aponta uma resistência à colonialidade do saber.

Embora já demonstrasse vontade de se revoltar contra os portugueses, Ajuricaba só começa de fato sua guerra quando seu pai, sua esposa e seu filho criança são mortos. Huiebene, líder dos manaos e pai de Ajuricaba, morre ao confrontar um capitão do mato que havia aprisionado indígenas aliados dos manaos. “Vosmecê pode ser um rei... mas não posso deixar que um... negro da terra fale assim comigo”, responde o capitão, enquanto atira à queima roupa.

Já a mulher e o filho do protagonista são mortos durante um ataque de portugueses à aldeia caburicena.

Ademar Vieira, no posfácio, explica que o filho Cucunaca de fato existiu.

(...) mas a esposa Inhambu foi emprestada da obra de Márcio Souza, A paixão de Ajuricaba. Todos os demais personagens indígenas também existiram, mas suas etnias e relações com Ajuricaba foram inventadas para a história, também por falta de registro histórico. (Vieira, 2020,p. 132).

Apesar da resistência inicial dos outros líderes indígenas, Ajuricaba acaba arregimentando grande parte das tribos, seja por convencimento seja por coerção. Tribos que se negavam a se aliar a ele era atacadas – a história em quadrinhos chega a mostrar o líder prendendo indígenas dessas tribos e vendendo-os como escravos para

os holandeses em troca de armas, um fato que, segundo o roteirista é registrado na história. Outro fato registrado e mostrado na HQ é a fortaleza construída a mando de Ajuricaba, que reproduzia as construções portuguesas.

Há um trecho fundamental na história, que expressa diretamente as ideias do roteirista a respeito do período colonial aqui apresentado. Nele, um padre vai negociar com Ajuricaba uma trégua, levando consigo presentes. A fala do líder indígena representa diretamente a visão do roteirista sobre o período colonial: “Ah, os portugueses já nos trouxeram presentes antes. Depois trouxeram a peste e com ela a morte! Nos trouxeram roupas e com elas, a vergonha. Nos trouxeram ouro e com ele, a ganância; nos dividiram e nos escravizaram!” (Vieira, 2020, p. 103).

Figura 3: A fala de Ajuricaba reflete a visão do roteirista sobre o período colonial.



Fonte: Vieira; Jucylande Júnior, 2020.

Ajuricaba finge aceitar o armistício, mas aproveita a situação para atacar uma missão.

A descoberta de armas holandesas entre os revoltosos faz com que o governador seja convencido a enviar tropas para a região. Graças à traição de um líder manao, as tropas chegam até a fortaleza e capturam Ajuricaba. Quando ele está sendo enviado para Belém, para julgamento, ele se joga na água, sendo arrastado pelos grilhões para o fundo do rio.

Entremeada à história de Ajuricaba, temos a narrativa de um garoto manao evangelizado chamado Teodósio, frequentemente admoestado e até torturado pelo padre e em eterna atitude submissa. Em uma cena, por exemplo, ele é amarrado a um poste e chicoteado enquanto pede perdão ao padre.

No final do álbum, Teodósio aparece saindo da igreja, desfazendo-se das roupas europeias e entrando na floresta, enquanto o padre grita: “Teodósio! Onde estás? Não fizeste tuas obrigações! Estás querendo me obrigar a te castigar?”.

Teodósio é o nome do líder manao, que, em 1729, iria organizar outra revolta contra o regimento português. Ao entremear a narrativa de Teodósio à de Ajuricaba, o roteirista interliga as duas revoltas, mostrando como uma foi consequência da outra.

4. O uso na sala de aula

A proposta a seguir, que discute e propõe formas de uso do álbum Ajuricaba nas aulas de história, baseia-se na metodológica de uso em sala de aula expressa por Vilela (2004) que parte das seguintes perguntas: Quem são os autores? Quando e onde foi produzida? Por quem fala? A quem se destina? Qual a sua finalidade? Cada uma dessas perguntas pode gerar discussões extremamente relevantes.

A primeira pergunta é quem são os autores. Como explicado anteriormente, todos os envolvidos na produção do álbum Ajuricaba são do Amazonas. Portanto, é a Amazônia sendo retratada não por pessoas de fora, mas por moradores locais. Temos aqui a voz de pessoas que moram na região sobre um personagem local.

Como explica Penalva e Carvalho Penalva (2020, p. 7), “Desde os primeiros contatos do europeu com a Amazônia, esse espaço foi sendo configurado a partir dos discursos do estrangeiro sobre a região, em clara demonstração de estranhamento com a alteridade.”.

O que significa, portanto, esse giro, de termos alguém da região falando sobre a região? Qual a importância disso? Em que sentido isso pode tornar a narrativa mais próxima da realidade e quebrar como toda uma tradição discursiva a respeito da região norte?

Essas são algumas das questões que podem ser levantadas em sala de aula e elas, por si, podem gerar todo um debate sobre o colonialismo cultural e as várias representações a respeito da História.

Aqui torna-se pertinente fazer uma referência ao conceito de amazonidade, que segundo Penalva e Carvalho Penalva (2020, p. 9) “possui um propósito de resistência cultural, tendo em vista que surge do desejo autóctone de releitura dos parâmetros culturais impostos pelo colonizador.”.

Surge aqui a discussão: o período colonial terminou ou só se modificou? O tempo em que culturas eram eliminadas através do extermínio de civilizações ficou no passado e hoje se reflete num tempo que culturas e narrativas locais são invisibilizadas através de narrativas que vêm da metrópole. E, se no período colonial, o colonizador era Portugal, quem é colonizador hoje? Além do colonialismo entre países, existe também um colonialismo regional, em que a supremacia da narrativa de determinadas regiões suplanta a narrativa de regiões periféricas, como acontece hoje com relação à região norte e a região sudeste? Essas são questões extremamente relevantes no cenário atual e que a leitura de Ajuricaba pode ajudar a levantar.

Vamos à segunda pergunta: Quando foi produzida?

Embora a data de nascimento de Ajuricaba seja desconhecida, sabe-se que ele morreu em 1728, em pleno período colonial português. O álbum de quadrinhos foi publicado em 2020, na Manaus moderna, quase três séculos depois dos acontecimentos. Embora o roteirista Ademar Vieira tenha feito uma ampla pesquisa, é

óbvio que ele se viu na necessidade de ficcionar a história para preencher as brechas da história. Isso interfere até mesmo nas falas dos personagens. O discurso de Ajuricaba para o padre, por exemplo, não vem de um registro histórico, mas da imaginação do roteirista e de sua ideologia. Isso permite, inclusive, abertura para uma outra discussão: os tempos de colônia passaram de fato ou ainda hoje a região vive o jugo colonial, e, nesse caso, como ele se configura?

Por quem fala é a terceira pergunta. O álbum fala não só sobre, mas também por personagens do passado, de uma tribo já extinta da qual não sobrou praticamente nada, além de algumas palavras aleatórias em um livro estrangeiro.

A quarta pergunta é a quem se destina. Ajuricaba é obviamente para um público com maior conhecimento inclusive da língua e da linguagem dos quadrinhos. Não é uma obra para crianças, indo na contramão da visão preconceituosa segundo a qual todos os quadrinhos são infantis. Temos mortes, violência e uma narrativa não-linear e até simbólica.

A última pergunta é: Qual a finalidade da obra? Aqui, trago as palavras do roteirista Ademar Vieira, em entrevista para este artigo:

Meu maior objetivo sempre foi contar a origem da nossa cidade, resgatando o orgulho do nosso sangue indígena. Como manauara e caboclo, me incomoda ver tanta gente se orgulhar apenas da sua herança portuguesa ou europeia, tentando esconder ou minimizar suas origens indígenas. Isso é reflexo direto do processo de colonização do Brasil — e essa crítica está bem evidente no livro.

Ademar Vieira, ainda em entrevista para este artigo, esclarece que, embora seja uma figura histórica famosa em Manaus, o Ajuricaba histórico é pouco conhecido mesmo da população local:

Sua trajetória de resistência ao colonialismo já havia sido retratada em diversas mídias — poesia, música, teatro, literatura, cinema e até mesmo em uma HQ curta —, mas nenhuma dessas obras se aprofundava de fato em sua vida. Quem me inspirou foi o escritor Márcio Souza, que era apaixonado pelo Ajuricaba e escreveu algumas obras de ficção sobre ele. Ao ler um de seus livros, decidi

reunir o maior volume possível de informações sobre o Ajuricaba e transformá-las em uma HQ — mas que não fosse didática, e sim envolvente.

Além desses pontos, há muitos outros que podem despertar discussões e debates. Por exemplo, apesar do fato dos autores terem uma preocupação com a verdade histórica, não há marcadores temporais que permitam ao leitor situar a ação no tempo, identificando o período histórico, o ano em que os acontecimentos se deram.

Conclusão

O álbum Ajuricaba apresenta uma visão histórica do famoso personagem indígena que liderou a luta contra os invasores portugueses na Amazônia. Figura real que se confunde com lenda, Ajuricaba é um ótimo exemplo de resistência contra o colonialismo.

Ao resgatarem esse aspecto histórico do personagem, Ademar Vieira e Jucylane Júnior constroem uma obra que não só reflete sobre a resistência cultural no período colonial, mas abre espaço para a discussão sobre o novo colonialismo.

Como destacado pela fala de Ademar Vieira, em entrevista para este artigo, os habitantes da Manaus moderna priorizam suas heranças europeias, dando pouco valor e demonstrando pouco conhecimento sobre suas origens indígenas, algo que os autores decoloniais chamariam de colonialismo do ser.

A história em quadrinhos, ao contrapor esse colonialismo do ser, aproxima-se do conceito de amazonidade:

Contrariando a esse pensamento mais afinado com visões eurocêntricas, surge a ideia de amazonidade como uma reivindicação identitária abrangente e que leva em consideração as várias misturas e contaminações culturais que se desenvolveram na Amazônia a partir do século XVI. Essa proposta requer o rompimento com os tradicionais pontos de referência étnico-culturais e lingüísticos que historicamente serviram para identificar a cultura amazônica. A proposta é desconstruir identidades estáveis, acabadas, prontas e completas e estabelecer um pensamento autóctone e marginal, que, pelas bordas, possa contribuir para se pensar a identidade cultural da Amazônia como um processo contínuo de identificação que pressupõe, necessariamente, distanciamentos dos padrões culturais europeus. (Penalva; Carvalho Penalva, 2020 p. 7-8)

Assim, “é imprescindível ver as colonizações brasileira e amazônica sob novas lentes, as quais precisam dar visibilidade à história dos subjugados, não dos vencedores portugueses e espanhóis”. (SILVA; MASCARENHAS, 2018, P 216)

A HQ, dessa forma, apresenta uma ampla possibilidade de abordagem nas aulas de história, tanto do ponto de vista do período colonial tradicional como sobre o colonialismo cultural.

Referências

- ALCÂNTARA, RL de S.; SERRA, Elizabeth de Oliveira; MIRANDA, Osmilde Augusto. O que eu falo, o que eu faço, o que eu sou: colonialidade do saber, do poder e do ser como perspectiva analítica das questões étnico-raciais no Brasil. *JORNADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, v. 8, 2017.
- CASTRO, Carlos Potiara. Seria a Amazônia uma colônia do Brasil? Ocidente interior, duplo vínculo e governança autônoma. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, p. 167-192, 2014.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de. História em quadrinhos e ensino de História. *Revista história hoje*, v. 6, n. 11, p. 147-171, 2017.
- LOUREIRO, Violeta. *Amazônia, colônia do Brasil*. Manaus: Valer, 2022.
- NEVES, Lino João de Oliveira. Desconstrução da colonialidade: iniciativas indígenas na Amazônia. *E-cadernos Ces*, n. 02, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1302>
- NEVES, Lino João de Oliveira. Desconstrução da colonialidade: iniciativas indígenas na Amazônia. *E-cadernos Ces*, n. 02, 2008.
- PENALVA, Gilson; CARVALHO PENALVA, Lorena de. Amazônia, Amazonidade e transversalidade: em busca da construção de um conceito. *Organon*, v. 35, n. 70, p. 1-13, 2020.
- RAMA, Angela; VERGUEIRO, Valdomiro (org.). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, R. W. C; NEVES, I. S. A colonialidade na Amazônia Brasileira e suas atualizações na produção audiovisual: o vídeo institucional “A Usina Hidrelétrica de Belo Monte”. In: XII CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN. Grupo Temático 14: Discurso e Comunicação. São Paulo: PUC, 2014, p.1-22.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes; RODRIGUES, Fabiana Conceição de Moura Gonçalves. Histórias em quadrinhos e ensino de história: olhares e práticas. *OP SIS*, v. 13, n. 1, p. 66-82, 2013.

SILVA, Adan Renê Pereira da; MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento. Implicações do pensamento decolonial para a educação amazônica. *Multidebates*, v. 2, n. 2, p. 202-218, 2018.

VIEIRA, Ademar. JUCLILANDE JÚNIOR. *Ajuricaba*. Manaus: Black Eye, 2020.

VILELA, Túlio. Os quadrinhos na aula de História. In: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Valdomiro (org.). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.